



MARIA CELESTE, UMA PROFESSORA ITABAIANENSE

Enoque Bernardo Santos
enoquebs@hotmail.com
(UFPB)

Resumo

Este artigo tem a finalidade de apresentar a trajetória da professora itabaianense Maria Celeste de Souza. Ela começou a lecionar no ensino primário público da rede estadual da Paraíba na cidade de Itabaiana em 1954 no Grupo Escolar Camilo de Holanda. Em 1956 participou da fundação do Grupo Escolar Professor Maciel. Seu início no magistério foi sem nenhuma formação pedagógica. Escrever sobre a trajetória de uma professora primária, que lecionou de 1954 a 1987 no interior paraibano é relevante, porque contribui para a História da Educação, para conhecermos um pouco de sua vida estudantil em colégios internos, a obtenção do diploma de professora primária, o seu ingresso na Universidade Federal da Paraíba para cursar Pedagogia e as mudanças que ocorreram durante esse processo de formação docente. Ele foi escrito com o uso da metodologia da História Oral. Essa metodologia é utilizada nas pesquisas qualitativas, e desde o século XIX começou a conquistar espaço nos meios acadêmicos das Ciências Humanas, ganhando força no século XX a partir da invenção do gravador a fita, em 1948, o qual passou a registrar a voz dos entrevistados e transformá-lo em documentos para futuros pesquisadores.

Palavras-chave: Memórias. História oral. Magistério.

Introdução

Durante décadas as mulheres que lecionaram do primeiro ao quinto ano primário foram denominadas de professoras primárias. Muitas atuaram em grupos escolares, escolas reunidas, escolas particulares e escolas rurais. Mesmo tendo passado essa fase, as professoras que trabalham na atualidade com crianças, muitas vezes são chamadas de professoras primárias, principalmente no interior paraibano.

Tomando como referência o parágrafo anterior, este artigo tem a finalidade de apresentar um pouco da trajetória de uma professora primária que lecionou na cidade de Itabaiana, nas décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980, situando sua vida estudantil em colégios internos, como se tornou professora e a obtenção do diploma de professora primária e o seu ingresso na Universidade Federal da Paraíba para cursar Pedagogia.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O referido artigo foi escrito através da metodologia da História oral. Para isso foi necessário entrevistar¹ a professora com questões previamente preparadas e com o tema definido: memórias da professora Maria Celeste. “A entrevista como fonte da História da Educação permite conhecer melhor o entrevistado, as suas preferências, os gestos, os sentimentos em relação ao objeto”. Costa (2003, p.25).

A utilização da História oral nos tornou possível ficarmos sabendo de informações referentes ao período que a professora Maria Celeste atuou como professora em dois estabelecimentos de ensino público e em outro foi como diretora por mais de doze anos, quando se aposentou.

Este também procura mostrar de como professora primária foi esquecida pelos historiadores da educação. E a história oral e memórias podem contribuir na escrita dessa história. Segundo Almeida (1998, p.163):

A História oral e a memória podem dar elevada contribuição para o resgate do papel feminino na História da Educação. A recuperação da memória de antigas professoras representa a recuperação da história de uma categoria profissional formada por uma maioria composta de pessoas do sexo feminino que tem se mantido ausentes da organização educacional e das suas instâncias decisórias, mas não do efetivo trabalho cotidiano. Uma ausência que pode, em parte, ser explicada pelo histórico costume de se fazer sempre uma história masculina, mesmo que nesta o papel das mulheres tenha sido determinante.

Destarte, escrever sobre uma professora que durante muito tempo contribuiu na formação de crianças e jovens, é prestar uma homenagem de cunho relevante para a mesma. Isto porque, no decorrer da entrevista realizada na sua casa, ela mesma chegou a afirmar que não sabia que, o que guardou em sua memória sobre a trajetória de sua vida de magistério seria importante para os pesquisadores da História da Educação.

Através da entrevista ficamos informados de que os acontecimentos presenciados pela docente marcaram sua vida enquanto professora do ensino primário no interior da Paraíba. Em uma época, que o silêncio era a maneira de viver para não inflamar os que estavam no poder, e com isso não sofrer perseguições do regime militar.

¹ Entrevista realizada em 13/05/2009.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A História oral nos possibilita ficarmos sabendo de algo que ficaram impregnados na memória das pessoas e que através dessa metodologia vêm à tona os fatos, quer por receio ou por considerarem que não tinha nenhuma importância ficaram retidas na memória. E com relação às memórias pedagógicas nos leva a viajar no tempo e presenciar mesmo que de forma abstrata o dia a dia das professoras, seus conflitos, angústias e esperanças, como se tornaram professoras, no entanto “cada história de vida, cada percurso, cada processo de formação é único” (NÓVOA, 2007 p.117).

Partindo das assertivas anteriores sobre História oral é fundamental ressaltarmos que a mesma não é nova. Ela existe desde os tempos antigos, quando as pessoas sentavam-se a noite ao redor da fogueira para escutar as histórias dos mais velhos sobre os seus antepassados. Essas informações eram repassadas de geração a geração, mesmo no período em que a escrita já havia chegado à oralidade não havia deixado de existir, isto porque o uso da escrita não pertencia a todos.

Sendo assim, a história oral foi se perpetuando e chegando aos nossos dias, mesmo com o avanço das tecnologias. E uma invenção que deu força a história oral foi o gravador no ano de 1948. Essa invenção veio facilitar o registro da fala e depois ser transformado em texto. Sobre História oral Alberti (2006, p. 155) ressalta:

A História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisas, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido.

Maria Celeste de Souza Fonseca: sua trajetória no magistério

A professora Maria Celeste de Souza nasceu no dia 03 de janeiro de 1935 na zona rural de Itabaiana. Aprendeu a ler, escrever e calcular em casa através de sua tia Maria de Lourdes. Quando completou a idade para iniciar o curso primário, sua mãe a matriculou no Colégio São José, que pertencia à professora Maria Marieta Medeiros, na cidade de Itabaiana. Nesse





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

estabelecimento ela cursou do primeiro ao quarto ano primário e o Complementar. Para cursar o ginásial ele fez exame de admissão no Colégio das Lourdinhas, na capital da Paraíba.

A professora afirmou que essa sua tia, que a alfabetizou tinha o sonho de ser professora. Como não realizou, alfabetizou as sobrinhas em casa. Para alfabetizá-la ela utilizou a Cartilha de ABC e depois a Cartilha do Povo. Ela contou que sua tia, possuía apenas a quinta série primária. Esse comentário da entrevistada leva nos a questionar: Quantas mulheres foram privadas do conhecimento? Quantas foram impedidas de cursar uma universidade? E muitas ficavam frustradas em não poder realizar o sonho, principalmente a profissão de professora, visto que nesse tempo, o magistério infantil era a única opção de trabalho decente para a mulher fora de casa.

No período que prestou exame de admissão na capital da Paraíba ela morou na casa de familiares, porque nas Lourdinhas não funcionava como internato. Para não ficar morando em casa de familiares, sua mãe resolveu matriculá-la no Colégio Santa Maria em Timbaúba, Estado de Pernambuco. No entanto, no Colégio Santa Maria, ela teve novamente que prestar outro exame de admissão, porque o que ela tinha feito nas Lourdinhas não foi aceito.

Estando matriculada no Colégio Santa Maria, ela passou a residir no mesmo, já que nele funcionava como internato e externato e a facilidade para seus familiares visitá-la foi melhor. Dessa forma no Colégio Santa Maria, ela concluiu todo o Ginásio no ano de 1953.

Maria Celeste relatou que se sentia bem estudando no Colégio Santa Maria. Quase toda semana recebia visitas de familiares, que vinham para a feira de Timbaúba, que acontecia aos sábados. Os dias de sábados era o dia que sempre recebia visita de sua mãe e de seu avô. Sempre que eles vinham traziam novidades para a mesma.

A professora Maria Celeste, lembrando os momentos no Colégio Santa Maria disse que a disciplina era rígida. Nenhuma aluna assistia às aulas com o uniforme incompleto. Todo uniforme devia está todo impecável. As meias tinham que estarem todas num único alinhamento. As saias plissadas abaixo do joelho e as blusas com mangas compridas. Havia uma funcionária que fazia o papel de inspetora para verificar tudo isso na entrada do colégio e nas salas de aulas. Se alguma ousasse desobedecer ao regulamento era punida e os responsáveis eram chamados para conversar com a direção do educandário.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Sendo o Colégio Santa Maria de filosofia católica, todos os dias as alunas assistiam missa na capela do colégio e se assistisse missa na Igreja Matriz de Timbaúba, tinha que comparecer com roupa discreta, tudo isso chamava a atenção das pessoas, pelo comportamento das alunas, sabiam logo que eram as alunas do Colégio Santa Maria. Na Semana Santa, as alunas que quisessem ir para casa eram liberadas, mas com recomendação para o jejum.

No início do ano letivo as alunas internas deveriam se apresentar com todo enxoval. Esse enxoval era exigido porque as alunas passavam o ano letivo todo internada. O enxoval incluía roupas de cama, de banho, roupa íntima, o fardamento e cosméticos. O colégio tinha apenas a responsabilidade pelo ensino, alimentação e guarda das alunas que estavam incluídas na mensalidade. Nenhuma aluna saía do colégio sem um acompanhante e quando necessitava ir a casa para participar do sepultamento de algum parente ou outra coisa de urgência maior, a aluna saía com alguém que a levava até a estação do trem.

Percebemos pela fala da professora, o quanto a vida nos internatos era controlada. O ensino se baseava no controle total. A mulher em casa era controlada em casa pelo pai ou pelo irmão mais velho. Isso ocorria porque a mulher era considerada um sexo indefeso, para isso necessário se tornava, alguém mais velho de idoneidade moral fazer o papel de tutor.

Ainda lembrando sobre o colégio onde estudou o ginásial, ela afirmou que na estação ferroviária, com trem a destino a Recife, a Campina Grande, João Pessoa e Itabaiana as alunas do Colégio Santa Maria se despediam das companheiras do internato, com ansiedade de chegarem à casa de sua família, para rever os amigos e parentes para contar as novidades e saber também.

Ao concluir o Curso Ginásial em 1953, a professora Maria Celeste não voltou para o Santa Maria, porque havia ficado noiva e para o pensamento da época não era decente uma jovem noiva estudando fora de casa. O jeito foi ficar em Itabaiana se preparando para o casamento.

A não continuidade dos estudos de Maria Celeste tem resquícios do século XIX, em que a mulher era preparada para casar. Para isso, aprendia a bordar, costurar, cozinhar, aprender boas maneiras entre outras coisas. Saber ler, escrever e calcular era o suficiente. “Disciplinada pelos homens, a educação das mulheres continuou um prolongamento da educação familiar e, enquanto estudavam, as jovens aguardavam o casamento”. Almeida (1998, p.35).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Sobre o período que estudou no Colégio Santa Maria, ela guardou com nitidez a lembrança das aulas da professora de Matemática. Segundo Maria Celeste, a docente tinha uma metodologia que a deixou apaixonada pela Matemática, sobre isso ela afirma o seguinte:

Toda vida eu gostei de Matemática, porque era fraca em Português e eu me destacava em Matemática desde do tempo da tabuada. Gostava muito de decorar. Então, quando fui para o colégio de Timbaúba, tinha uma professora, Madre Emanuela que era uma cientista alemã, todos os professores do colégio de Timbaúba eram alemães e muito competentes, e então essa freira, eu gostava muito de estudar com ela, porque era muito competente, e então ela fazia o debate comigo na classe e disso eu passei a aprender muito, porque ela me convidava para debater na classe e para as outras alunas observarem.

Vemos aí, o quanto a memória consegue reter fatos comuns do cotidiano escolar. A maneira como a professora de Matemática dava suas aulas. São acontecimentos que ficaram retidos na vida de uma pessoa. São fragmentos que fazem lembrar-se de sua época de infância e adolescência, dando sentido nostálgico.

Figura 1 Conclusão do ginásial no Colégio Santa Maria em Timbaúba - 1953



Fonte: Acervo Particular de Maria Celeste





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Como a cidade não oferecia outra opção para moças, ela recebeu um convite de um político, amigo de seu avô, para lecionar em um estabelecimento público de ensino mantido pelo governo estadual. O político era o prefeito de Itabaiana, Luiz Paulino da Silva, o qual era aliado partidário do governador José Américo de Almeida.

Segundo Maria Celeste, sem nenhuma formação didática, ela começou a lecionar no Grupo Escolar Camilo de Holanda em 1954. Para poder desenvolver suas aulas ela se baseou pelas lembranças das aulas de suas professoras do Curso Primário do Colégio São José e das freiras alemãs do Colégio Santa Maria, quando a mesma estudou nos dois citados estabelecimentos de ensino.

De acordo com a professora em estudo, quem tinha o ginásio naquela época era mesmo que ser formada em professora. Então, sem nenhuma formação didática foi lecionar e aos poucos foi se apegando ao magistério e descobriu realmente, que queria ser professora.

O Grupo Escolar Camilo de Holanda ficava situado no centro da cidade de Itabaiana, na rua principal, próximo a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e como era muito procurado pelos moradores, o prefeito da cidade, Luiz Paulino da Silva, conseguiu junto ao governador a construção de outro grupo escolar, numa área afastada do centro para poder abrigar mais alunos. Sendo assim, o Grupo Escolar Camilo de Holanda foi desativado e todas as professoras transferida para o Grupo Escolar Professor Maciel em 1956.

No Grupo Escolar Professor Maciel, a professora Maria Celeste fundou com as suas colegas o “Clube Agrícola Escolar 4 S”. Com a fundação desse clube agrícola, ela passou a ser a presidente da instituição. Ela relatou que havia falta de recursos para poder colocar em prática o clube agrícola e a solução foi pedir ajuda aos agricultores e fazendeiros da zona rural itabaianense. Com a ajuda compraram sementes e animais.

Segundo a professora Maria Celeste, os alunos estudavam em um horário e no outro participavam das atividades do clube, onde aprendiam como se davam o processo de germinação, a quantidade de sementes que deviam colocar para determinadas culturas. Sobre os clubes agrícolas SILVA (1976) registra o seguinte: “O clube agrícola é uma instituição complementar ou auxiliar da escola e, como tal, excelente meio para a socialização da mesma, dentro do espírito democrático, adotado na orientação política do país”.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Quando foi questionada de como era o método pedagógico no tempo que lecionou no Grupo Escolar Professor Maciel, ela disse o seguinte:

O método naquele era bem diferente de hoje, a gente chegava na classe, depois que rezava, cumprimentava os alunos e então começava com a leitura, fazendo a leitura aí, individual. Depois de alguns anos foi que passou a se usar também a leitura coletiva, mas no começo era individual, cada menino lia depois da leitura se fazia um ditado daquele texto que foi lido para gravar bem como escrever as palavras, aí tinha a gramática, aquela “partizinha” da gramática, não era tirada do texto, era feito de uma frase que a professora botava no quadro, copiava no caderno, como por exemplo, uma anotação léxica, aí eles copiavam aquela frase do quadro, ia analisar e a parte da Matemática, tinha a tabuada para estudar em casa, quando eles traziam a tabuada estudada em casa, aí a gente ia fazer uma pergunta das casas de tabuada, eles respondiam e aí colocava para fixação uma conta que era uma operação de somar ou diminuir ou multiplicar ou dividir e em seguida podia fazer um problema para eles resolverem para fixar justamente o raciocínio. História, Geografia e Ciências não eram dadas todo dia como Português e Matemática.

Acreditamos que a professora por não estar mais na sala de aula supõe que o método atual é diferente da época que a mesma atuou como professora primária, mas se observarmos o dia a dia de uma escola hoje, o tradicionalismo ainda prevalece em muitas salas de aula.

Um acontecimento que chamou atenção da professora Maria Celeste, quando lecionou no Grupo Escolar Professor Maciel foi em 1964. Ela assinalou que até esse tempo o governo não mandava livros suficientes para os alunos e ela solicitou ao prefeito itabaianense uma doação de cartilhas para o primeiro ano escolar. De imediato ele atendeu ao pedido. Como foi solícito com o grupo escolar, o mesmo foi convidado para fazer a entrega. Mas, no momento em que estava no recinto do estabelecimento, espalhou-se a notícia que o prefeito estava prestes a ser preso. Essa notícia da prisão do prefeito era porque o mesmo era contra o golpe de Estado dado pelos militares.

A notícia da prisão do prefeito Hugo Saraiva, mexeu com todas as professoras. Com isso, as professoras ficaram com medo de serem punidas, porque conforme Maria Celeste, após o golpe militar todas as emissoras de rádio noticiavam que em qualquer lugar do Brasil, se tivesse alguém fazendo movimento contra o novo governo implantado, era para ser preso.

Maria Celeste, afirmou que o prefeito passou um telegrama para Miguel Arraes e Brizola pedindo ajuda, mas essa ajuda não chegou e a solução para ele foi ausentar-se da cidade, com





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

isso foi cassado e procurado pelo novo regime que se implantou a partir do dia 31 de março de 1964. Vejamos abaixo o relato dessa professora:

Aqui foi uma localidade onde teve diversas pessoas presas por causa do movimento, como foi Francisco Almeida e Israelzinho. Tinha o professor Biu de Nicássio. Então isso, eram pessoas ligadas à educação e que faziam parte do movimento antirrevolucionário. Ninguém podia evitar esse comentário na escola, porque Francisco Almeida, mesmo era ex-aluno do “Professor Maciel” e tinha lá uma professora que era irmã dele... Por conta disso, havia fiscalização, havia perguntas, havia indagações, que era da revolução, porque o poder que tava de cima, era o poder militar e a gente tinha que dizer que tava tudo certo, tudo bom, porque ninguém podia ir contra os governantes daquela época. Além de tudo o prefeito da época daqui de Itabaiana era o Doutor Hugo Saraiva, que era do lado de João Goulart e de Arraes, por isso, era muito visado aqui em Itabaiana, ele foi cassado e era uma pessoa muito popular, todo mundo gostava dele e ele tinha doado as cartilhas, porque o governo não mandava livros, e ele por necessidade da escola, ele doou cem cartilhas ao “Professor Maciel” pra o primeiro ano, e naquele dia primeiro de abril, que foi no dia depois da revolução, ele foi fazer a distribuição dessas cartilhas e então, todo mundo tomou conhecimento, que ia ser preso pela revolução e ele tinha doado esses livros. Então todo pai dessas crianças eram gratas a ele pelos livros e então ficou assim, todo mundo tomando conhecimento que o prefeito era contra a revolução, era contra os militares, aí, ele ficou numa situação melindrosa a escola, porque nesse dia mesmo ele saiu que tomou conhecimento da revolução lá no “Professor Maciel”, ele veio pra a Prefeitura que é no centro da cidade e aqui já estava preparado para prendê-lo e aí então, ele piorou a situação, porque ele foi aos correios e ainda passou um telegrama para Arraes e parece-me outro para Brizola não tenho certeza, mas aí, procurá-lo prende-lo e ele correu e se foragiu e não foi preso nesse dia, mas ficou foragido por muito tempo, depois foi cassado e quem assumiu o seu lugar foi seu vice, Dr. Everaldo Pimentel.

Pelo depoimento da professora percebemos o quanto a ditadura militar amedrontou e fez com que as pessoas se calassem e aceitassem todo tipo de dominação. As que não aceitaram foram perseguidas pelos que estavam no poder. Essas professoras do Grupo Escolar Professor Maciel ficaram amedrontadas, devido o prefeito local ter presenteado a escola com cartilhas de alfabetização e sua distribuição por ele ocorria na manhã seguinte, após o dia 31 de março de 1964.

O que deixou as professoras temerosas segundo Maria Celeste era que no citado estabelecimento de ensino havia uma professora que tinha um irmão que era envolvido no movimento contra a revolução e ele tinha sido aluno do Grupo Escolar Professor Maciel. “E sempre que havia fiscalização por parte dos militares elas diziam que estavam tudo bem”. Esse

3045





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

tudo bem era para não desafiar o poder que estava acima, seguindo o provérbio popular, “manda quem pode e obedece quem tem juízo”.

No Grupo Escolar Professor Maciel Maria Celeste lecionou por mais de dez anos. No entanto, sua atuação não era apenas como professora, mas também como a presidente do Clube Agrícola Escolar 4 S. Também ficou responsável pela entrega da merenda que era distribuída pelo governo do Estado. Ela afirma que no início era apenas leite. Esse leite era doação dos Estados Unidos da América e vinha em tambores, os quais ela fazia a divisão para cada unidade escolar subordinada à Itabaiana.

Depois de ter trabalhado no Grupo Escolar Professor Maciel por mais de dez anos, ela foi convidada para ser diretora das Escolas Reunidas João Fagundes de Oliveira. Ao assumir a direção das Escolas Reunidas João Fagundes de Oliveira organizou todo quadro de professoras. No entanto, a maioria das professoras era indicada pelos políticos locais. Quem não tivesse um padrinho próximo ao governador ficava difícil conseguir o emprego de professora. Caso não fosse, nada conseguia. Isso mostra que não era necessário possuir formação para lecionar. Tinha que possuir apenas um político que a apadrinhasse. Quem conseguia sentia-se privilegiada em lecionar no Estado.

Figura 2 Maria Celeste de Souza





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5



Fonte: Acervo pessoal Maria Celeste

De acordo com a professora Maria Celeste, essa forma de contratar professoras para trabalhar nas escolas do Estado era prática comum. Em sua opinião o governo paraibano que tentou organizar o quadro do magistério através do concurso público foi João Agripino. Sobre o governo de João Agripino e a educação, ela afirmou que quando o mesmo assumiu o governo da Paraíba, organizou o quadro do magistério e baixou um decreto exigindo que todo professor leigo fosse capacitado. Era a situação dela. Ela não possuía nenhuma formação e para continuar no magistério estadual foi fazer o curso do magistério patrocinado pelo governo estadual. Essa exigência serviu de incentivo para cursar a universidade. Vejamos o que ela afirma sobre isso:

Foi em Alagoa Grande, porque naquela época era governador João Agripino. E o secretario Antonio Mariz elaborou o quadro de professores. Então foi João Agripino junto com Antonio Mariz, quem criaram e a gente para pertencer a esse quadro, tinha que ter pelo menos o curso pedagógico. Então ele ofereceu o curso normal nos centros de treinamento, ai eu fui me inscrevi para ir para Alagoa Grande. O curso de [...] normal de alagoa grande era assim: a gente ensinava o ano todo e quando chegava o mês de novembro, dezembro, janeiro em períodos [...] numa carga horária que dava pela manhã e a tarde e a noite, frequência nos três turnos. Então quando era no mês de fevereiro, ai a gente vinha e ia ensinar na escola onde a gente estava prestando serviço. Então, Lá em Alagoa Grande eu





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

estudei 68, 69, 70, no período de férias, tirei o normal, ai fui, vim para aqui, o Colégio Nossa Senhora da Conceição e complementei porque Lá só era valido o primeiro ano pedagógico, então vim para o Colégio da Conceição e fiz o segundo ano e terceiro ano pedagógico e depois do pedagógico eu prestei vestibular pra a universidade em período de férias. Eu fiz a licenciatura curta e a licenciatura plena para complementar eu fui fazer na Universidade Estadual de Campina Grande, lá eu conclui a plena.

Como tinha entrado no magistério em 1954 sem nenhuma formação pedagógica e permanecido, a solução foi ir participar dos cursos de formação que ocorreram nos centros de treinamentos, no período das férias escolares. Esses centros de treinamentos foram criados no Governo de João Agripino, tendo como Secretário de Educação, Antonio Mariz. Nesse curso de férias, ela cursou o primeiro ano do curso pedagógico e o restante concluiu no Colégio Nossa Senhora da Conceição na cidade de Itabaiana, o qual tinha na sua grade curricular o curso normal regional.

Tendo concluído o curso normal regional no Colégio Nossa Senhora Conceição, ela resolveu cursar a universidade. Prestou vestibular para Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba. No curso de Pedagogia optou pela habilitação em Administração Escolar.

Na universidade passou a ter uma visão maior do mundo. Passou a conhecer com mais profundidade os teóricos da educação e a sua visão crítica aguçou, apesar de ainda o Brasil nesse período está sob as ordens do regime militar. Ela relatou que mesmo cursando um curso superior, as pessoas ainda não tinham muita disposição para falar ou criticar o sistema em vigor e todo aquele que se opusesse teria que controlar suas palavras, porque se não ia sofrer as consequências.

Terminado o curso superior Maria Celeste, não deu continuidade aos estudos. Dedicou-se totalmente ao trabalho administrativo da Escola João Fagundes de Oliveira, quando se aposentou em 1987. Como professora trabalhou apenas na rede pública. E questionada se ela havia trabalhado em uma escola particular, ela foi enfática: “Não. Toda vida achei errado a pessoa ter dois empregos, já são poucos para cada um ter um, que dirá ter dois”.

A vida de Maria Celeste foi voltada para a educação. Apesar de não ter o magistério como um sonho, um desejo, mas foi por falta de oportunidade de poder trabalhar em outra profissão e ela mesma afirma, quando questionada, sobre a opção de ser professora:





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Era porque o magistério era onde se tinha alguma fonte de renda. Porque não se adiantava se ter vocação, se não tinha renda e nem ia ter escola para ajudar. O que tinha aqui mesmo era o colégio de Timbaúba e de João Pessoa, quando se podia, se não terminava só na quinta série aqui.

A professora Maria Celeste nessa fala diz claramente que o Magistério era o único meio de fonte remunerada para a mulher que quisesse trabalhar fora de casa. Com isso, vamos percebendo que o magistério primário já estava ocupado pela mulher, visto que o homem abandonou essa profissão. Segundo (Almeida, 1998, p. 66):

A ocupação do magistério pelas mulheres deu-se efetivamente pelo aumento do número de vagas e, segundo alguns historiadores, pelo abandono dos homens desse campo profissional. A retirada dos homens em busca de outros empregos mais bem remunerados teria permitido que seus lugares fossem ocupados pelas mulheres, e alguns autores, aliás arriscam a hipótese de que era desonroso e até humilhante para os homens exercer essa profissão.

Dessa forma, as moças que tivesse condições estudavam em Timbaúba ou João Pessoa. E as que não tinham condições teriam que se conformar com a quinta série primária. Com Maria Celeste foi diferente, porque a sua família tinha condições financeiras, e a matriculou em um estabelecimento particular fora de Itabaiana, visto que na cidade não havia ainda estabelecimento ginásial.

Depois de mais de trinta anos de magistério a professora Maria Celeste requereu a aposentadoria por tempo de serviço. Reside em Itabaiana na Avenida Presidente João Pessoa. É lúcida e relembra com a maior facilidade os momentos que atuou como professora e dos acontecimentos políticos da cidade, do Estado e do país. Sempre recebe visitas de pessoas que estudaram, trabalharam e que a conhece desde há muito tempo.

Conclusão

Ao término desse texto sobre uma professora itabaianense que começou a lecionar sem nenhuma formação pedagógica. Fomos vendo que a mesma sentiu necessidade de se atualizar. Cursar uma universidade e que aos poucos foi se profissionalizando.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

É interessante ressaltar que Maria Celeste começou a lecionar em uma época em que o primeiro projeto da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional havia sido enviado para o Congresso Nacional, os grupos escolares haviam se expandido por todo território brasileiro e as mulheres havia assumido quase por completo a responsabilidade de lecionar as crianças.

Ao fazermos uma análise da trajetória escolar e profissional dessa professora detectamos o quanto era difícil para uma mulher estudar, no período que Maria Celeste frequentou a escola fora de sua cidade. A mulher, que os pais autorizavam estudar fora de seu domicílio, teria que ser em estabelecimento que oferecesse internato feminino, de preferência religioso, caso não fosse, seria impossível sair do interior e do olhar vigilante do pai.

A professora Maria Celeste foi uma privilegiada para a época, porque teve oportunidade de sair de Itabaiana para poder estudar quando a mesma concluiu o quinto ano primário. Enquanto as meninas pobres que residiam na cidade, tinham que se conformar com o quinto ano adquirido no único grupo escolar.

O que chama a nossa atenção é que Maria Celeste foi orientada a não continuar os estudos, porque estava noiva. E não estudando, após o casamento ficou muitos anos sem obter o diploma de professora primária e ao mesmo tempo adquirir conhecimentos para o exercício da profissão que assumiu em 1954.

Para continuar como professora do Estado, Maria Celeste teve que obedecer ao decreto governamental de João Agripino, exigindo que todas as docentes leigas fizessem o curso de formação de professora para permanecer no quadro do magistério público da Paraíba. Já casada há muitos anos e mãe de duas filhas, ela teve que ausentar-se de Itabaiana para adquirir o diploma de professora primária no Centro de Treinamento de Alagoa Grande.

A luta pela emancipação da mulher continua em pleno século XXI. No entanto, muitas conquistas estão ocorrendo, temos hoje a mulher na Presidência da República, Chefe de Estado, mulheres ocupando profissões consideradas antes masculinas, enfim, a mulher deixou de ser apenas do lar e a professorinha dos anos 1950, 1960, 1970, 1980, para ser a mulher presente em todos os setores da sociedade humana.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de História oral**. 3. Ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. – São Paulo: Editora UNESP, 1998. - (Prismas).

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. – 3. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. – São Paulo: Editora da UNESP, 1992. (Biblioteca Básica).

COSTA, Rosemeire Marcedo. **Fé, civilidade e Ilustração: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe. Pro-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Núcleo de Pós-Graduação em Educação, São Cristóvão-Sergipe, 2003.

Do Silêncio a Voz: **pesquisas em história oral e memória**/ Charlinton José Machado dos Santos... [et al]; (orgs.). – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. 36. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Grupos Escolares: **Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Diana Gonçalves Vidal, (org). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão...[et al.]. – 5ª Ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MAIA, Benedito. **Governadores da Paraíba, 1947-1987**. João Pessoa. A União, 3ª edição, 1987.

MELLO, José Batista de. **Evolução do Ensino na Paraíba**. João Pessoa: A União, 1996.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 6 ed.- São Paulo: Contexto, 2007.

NÓVOA, Antonio. **Vidas de professores**. Editora Porto, Porto, Portugal, 2007.

REGO, José Lins do. (1901-1957). **Doidinho: romance**. 40ª Ed. – Rio de Janeiro; José Olympio, 2004.

SILVA, Ruth Ivoty Torres da. **Escola Primária Rural**. 3ª edição- atualizada e ampliada Editora Globo. Porto Alegre, 1970.

